

## Sindsep/MA trata da pauta dos servidores com o superintendente do trabalho



O Sindsep/MA, através do seu presidente, João Carlos Martins, do vice-presidente e diretor executivo da Condsef, Raimundo Pereira de Souza, das diretoras de administração e finanças; Ana Maria Cascaes e Elizabeth de Assis Nascimento e do delegado de base Marcelo Rodrigues, participou de reunião com o superintendente do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) no Maranhão, Nivaldo Araújo para tratar da pauta geral dos servidores federais de recomposição salarial e principalmente da necessidade de implantação do Plano de Cargos e Carreiras dos servidores do Ministério do Trabalho.

Na ocasião, o presidente João Carlos solicitou o apoio do superintendente Nivaldo Araújo ao encaminhamento da proposta de plano de Cargos e Carreiras dos trabalhadores do MTE ao Ministério de Gestão e Inovação (MGI).

O presidente do Sindsep/MA destacou a importância da implantação de um Plano de Cargos e Carreiras para corrigir uma série de equívocos estruturais e

até mesmo desvios de função além do nivelamento entre todas as superintendências, que hoje estão classificadas em três níveis, fazendo com que a mesma função seja remunerada de forma diferente de acordo com a classificação da superintendência.

Outro ponto bastante criticado pelos servidores é a questão de distorções salariais entre os auditores e os administrativos, que exercem um papel fundamental para a execução dos trabalhos e o atendimento direto e indireto à população, principalmente devido ao pequeno número de auditores o que acaba por transferir aos administrativos mais outras demandas. “Essa é uma situação que nos traz bastante desconforto por tratar-se de denúncias de desvios de função exatamente em um órgão que deveria ser um balizador e protetor dos direitos trabalhistas”, afirmou João Carlos Martins, presidente do Sindsep/MA.

O superintendente do MTE no Maranhão esclareceu que foi constituída uma comissão de servidores para analisar a situa-

ção dos trabalhadores e o próprio Plano de Cargos e Carreiras, quando foi elaborado um documento e enviado ao MGI. Explicou também que essa classificação por níveis já fazia parte da estrutura anterior do Ministério e acabou permanecendo no Decreto de reestruturação órgão no começo do governo atual. “Quero deixar claro que do ponto político e administrativo, nós não temos nenhuma objeção ao Plano de Cargos. Nem aqui na Superintendência nem no Ministério”, afirmou Nivaldo Araújo.

O diretor executivo da Condsef, Raimundo Pereira informou que essa questão do Plano de Cargos e o próprio nivelamento entre as superintendências precisa ser debatido na Mesa Nacional Específica. “A Condsef vai tratar dessa questão na Mesa de Negociação Específica, inclusive está na pauta também a recomposição da mão de obra através de concurso público” disse Raimundo Pereira.

Ao final da reunião o superintendente Nivaldo Araújo se comprometeu a interceder para saber o que está travando o processo e assim tomar as medidas que possam ajudar a destravar. “O ministro já até se dispôs a interceder para resolver a questão dos administrativos e também solicitou ao governo a elaboração de concurso público para recompor o Ministério do Trabalho e Emprego”, explicou Nivaldo Araújo.



## Agenda Legislativa traz a pauta do Congresso de interesse do trabalhador

Os projetos de lei e propostas sobre direitos do trabalhador e da trabalhadora que estão na pauta do Congresso Nacional e que terão impacto em toda a sociedade brasileira, foram reunidos na 3ª edição da “Agenda Legislativa das Centrais Sindicais: Prioridades para 2024 - Construindo Mudanças para o Desenvolvimento Social e Econômica”. O documento foi lançado esta semana pelas centrais sindicais CUT, CTB, CSB, Força Sindical, Intersindical Central, NCST, Pública Central do Servidor e UGT.

Elaborada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), tem o propósito de subsidiar a atuação das entidades sindicais na construção de políticas públicas que visam mudanças no campo social, trabalhista e econômico.

A agenda traz a classificação dessas proposições e levou em conside-

ração os seguintes critérios:

- chance de tramitação no ano;
- alto impacto na sociedade e trabalhadores;
- iniciativa do governo e/ou apoiada por setores;
- necessidade regulatória;
- impacto fiscal – receita e despesa;
- possui decisão no judiciário e;
- outros critérios relevantes para a análise das propostas.

A agenda está organizada em 16 eixos temáticos que abrangem áreas como: estado e servidores; previdência social; negociação coletiva; contratos de trabalho; licença maternidade, paternidade e estabilidade da gestante; trabalho em plataforma; jornada de trabalho; idosos, deficiência e doenças graves;

trabalho escravo e infantil; saúde e segurança do trabalhador; remuneração do trabalhador; emprego, demissão e seguro-desemprego; organização, estrutura e custeio sindical; convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT); cidades e municípios; e agricultura e trabalhadores rurais.

A agenda também destaca as iniciativas em discussão nos grupos de trabalho no âmbito do Poder Executivo, que podem, posteriormente, tramitar na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Dentre essas iniciativas, merecem destaque as propostas relacionadas à regulamentação da reforma tributária, à negociação coletiva tanto no setor público quanto no privado, à regulamentação do modelo de financiamento das entidades sindicais, entre outros temas passíveis de abordagem.

Fonte: Condsef

## Trabalho com carteira assinada cresce no país e taxa de desemprego recua para 7,5%

O nível de desemprego voltou a cair no Brasil no trimestre que compreende os meses de fevereiro, março e abril deste ano, ficando em 7,5%, sendo 0,2% abaixo do trimestre anterior (7,6%) e 1,0% menor na comparação com o mesmo período do ano passado (8,5%).

A queda do desemprego é atribuída ao aumento do emprego formal, de carteira assinada, no setor privado (exclusive trabalhadores domésticos), que chegou a 38,188 milhões, o maior contingente da série histórica da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD Contínua), iniciada em 2012 pelo IBGE. Houve estabilidade no trimestre e alta de 3,8% (mais 1,4 milhão) no ano.

O contingente de brasileiros ocupados cresceu 2,8% na base anual, o que equivale a mais 2,8 milhões de

postos de trabalho frente ao mesmo trimestre de 2023, informou nesta quarta-feira (29), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para a coordenadora de pesquisas domiciliares do IBGE, Adriana Beringuy, “a expansão da ocupação, nos últimos trimestres, vem ocorrendo por meio dos empregados, que superaram outras formas de inserção, como a dos trabalhadores por conta própria e os empregadores. O conjunto dos empregados no setor privado, com ou sem a carteira assinada é o que mais tem contribuído para o crescimento da população ocupada no país”.

### Recorde de renda

A renda do trabalhador também subiu para R\$ 3.151, um crescimento de 4,1% no ano, novo recorde da série histórica, mostrando estabilidade no

trimestre e subindo 7,9% ante o mesmo período de 2023. No trimestre anterior deste ano a renda média estava em R\$ 3.126 e no mesmo período de 2023, era de R\$ 3.008.

A análise do rendimento médio mensal real mostrou aumento na categoria de empregado com carteira de trabalho assinada (1,4%, ou mais R\$ 40). As demais categorias não apresentaram variação significativa.

Frente ao mesmo trimestre de 2023, houve aumento nas categorias: empregado com carteira de trabalho assinada (4,2%, ou mais R\$ 118), empregado sem carteira de trabalho assinada (6,7%, ou mais R\$ 137), empregado no setor público (inclusive servidor estatutário e militar) (5,4%, ou mais R\$ 247) e conta-própria (6,0%, ou mais R\$ 144).

Fonte: IBGE